



Conselho Nacional de
Educação

Comissão Coordenadora do CNE

Relato da reunião realizada em 18 de Março de 2008, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Ponto de situação das actividades das Comissões Especializadas Permanentes;
3. Enquadramento das questões relativas à participação de novos públicos no Ensino Superior e ao Estatuto do Trabalhador-Estudante;
4. Reflexão sobre eventuais Pareceres e Recomendações a emitir pelo CNE;
5. Calendarização das actividades previstas no Plano de Acção do CNE para 2008;
6. Outros assuntos.

Estiveram presentes os conselheiros António Silva Marques, Domingos Xavier Viegas, Joaquim Azevedo, Jorge Carvalho, Odete Valente, o Presidente e o Secretário-Geral do CNE.

Foi aprovado o relato da reunião anterior. O Presidente deu as seguintes informações: i) esteve presente na conferência promovida pelo Forum para a Liberdade de Educação sobre “Autonomia da escola: a experiência das Charter Schools na América”, com a participação de Charles Glenn; ii) recebeu em audiência a Associação Portuguesa de Deficientes (APD), que lhe transmitiu as suas preocupações sobre o novo regime de educação especial, e recebeu também duas associações de pais de escolas especializadas de música, que manifestaram a sua oposição ao projecto de reestruturação do ensino da música; iii) participou numa reunião organizada pelo CIPES com o Prof Guy Neave sobre o Ensino Superior na Europa; iv) esteve presente em reuniões organizadas pelas escolas de Viana do Castelo e de Arruda-dos-Vinhos, onde sentiu o mal-estar que se vive nas escolas face às medidas governamentais anunciadas. O Secretário-Geral também informou ter participado na última reunião da EUNEC, em Bruxelas; em Junho haverá um seminário sobre “Learning outcomes”, baseado num estudo feito para o CEDEFOP; também foi decidido avançar com a realização de um estudo comparativo sobre os vários conselhos nacionais de educação existentes na Europa. Informou, ainda, sobre o plano de publicações do CNE.

Passando ao ponto 2 da OT, o Presidente fez a entrega da versão preliminar do Relatório do Estudo “A Educação das Crianças dos 0-12 Anos”, passando, de seguida, a palavra aos conselheiros coordenadores das Comissões. A conselheira Odete Valente informou estar a sua Comissão a preparar a realização dum seminário sobre o currículo do 1º ciclo. O Presidente sugeriu que o mesmo se alargasse às questões do 2º ciclo e tivesse lugar no dia imediato ao da apresentação do estudo “A Educação das Crianças...”. As datas previstas são os dias 20 e 21 de Maio.

O conselheiro Joaquim Azevedo informou não estar prevista nenhuma reunião da 2ª Comissão, uma vez que está em curso a avaliação por um grupo externo dos Centros Novas Oportunidades. Considerou que a Comissão se poderá centrar mais nas questões do ensino profissional, mas ainda não se encontra marcada nenhuma reunião. Relativamente à 3ª Comissão, o conselheiro Xavier Viegas deu conta do trabalho realizado em torno da problemática do estatuto dos Trabalhadores-



Conselho Nacional de Educação

-Estudantes, devendo ter lugar no próximo dia 25 uma reunião conjunta com a 4ª Comissão sobre o assunto. Para preparação do seminário a realizar a 17 de Junho sobre o Processo de Bolonha irão ser feitas audições a especialistas que estiveram no início das decisões (Eduardo Marçal Grilo, Pedro Lourtie, Alberto Amaral e Sebastião Feyo). O conselheiro António Marques deu conta da decisão da 5ª Comissão de proceder à audição de uma amostra de escolas que tenham estado envolvidas no processo de avaliação externa, de modo a preparar o Parecer que o CNE deverá emitir sobre o processo. Informou também que, em colaboração com a 4ª Comissão, irá avançar a audição do gestor do eixo Potencial Humano do QREN. Sobre os trabalhos da 6ª Comissão, o conselheiro Jorge Carvalhal informou que está prevista nova reunião para o início de Abril, estando previsto também realizar uma audição à Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular sobre a ideia de concessão a centros de ensino superior da avaliação dos manuais escolares.

Sobre o Estatuto dos TE, o Presidente foi de opinião que o documento preparado pelo conselheiro Mário Mota não corresponde ao modo de actuar do CNE, razão pela qual o tema deverá ser orientado para as questões educativas, ou seja, o modo como o ensino se organiza para responder a este público, que sistema de educação à distância temos para TE, por exemplo. Nesse sentido, ficou acordado que a reunião conjunta da 3ª e da 4ª Comissões sobre a matéria deverá circunscrever o problema às questões educativas e será uma temática a inscrever na agenda do CNE.

O Presidente propôs que a Comissão fizesse uma reflexão sobre o papel do CNE nos recentes acontecimentos de política educativa. Informou ter falado com os conselheiros Carlos Chagas e Paulo Sucena, bem como com as conselheiras representantes das escolas, tendo todos manifestado grande preocupação com a situação que se vive. Os conselheiros presentes consideraram que a política do ME degradou a autoridade profissional dos professores, razão pela qual a contestação se generalizou. Se o CNE tivesse sido consultado sobre a avaliação do desempenho dos professores poderia ter introduzido novos elementos no debate político e sugerido caminhos alternativos. Este tipo de intervenção, que se inscreve na cultura do CNE, não se confunde com qualquer papel de mediação. Assim, ao não ter sido consultado, o CNE não tem agora espaço para intervir.

Finalmente, o Secretário-Geral distribuiu para apreciação dos conselheiros a ficha relativa ao Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) do CNE.

Não havendo mais nada a tratar, foi dada por terminada a reunião.